



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: JOÃO ANTONIO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 24 de abril de 2008

OBSERVAÇÕES:

- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão
- Documento lido a ser encaixado pela Secretaria da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Agnaldo Timóteo) – Bom dia, senhoras e senhores. Bom dia, nobre Vereador Aurélio Miguel. Na qualidade de Vice-Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, declaro abertos os trabalhos desta audiência pública sobre o PL 815/2007, do Vereador Aurélio Miguel, “dispõe sobre a alteração de zoneamento na Rua Alvarenga, Subprefeitura Butantã, e dá outras providências”.

Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Miguel, que dará continuidade aos trabalhos da presente audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Bom dia a todos. Obrigado, Vereador Agnaldo Timóteo. Como o Vereador João Antônio não pôde estar presente para a abertura desta audiência pública, sem a presença do senhor isso não seria possível.

Em nome de todos os interessados no projeto de minha autoria, agradeço a participação do senhor.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO – Pela ordem, ilustre Vereador Aurélio Miguel. Peço licença ao nobre colega e a todos os presentes para me ausentar, pois tenho um compromisso a 120 quilômetros de distância. Chegarei um pouco atrasado, mas não tem importância. Por isso, não terei o privilégio de estar aqui, lado a lado, para tomar conhecimento geral dos trabalhos que serão brilhantemente conduzidos pelo nobre Vereador Aurélio Miguel. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Obrigado, Vereador Agnaldo Timóteo. Suspendo os trabalhos por cinco minutos para que a equipe técnica possa nos trazer todas as informações possíveis.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos pelo Sr. Aurélio Miguel.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Comunico a todos os presentes que a autoria desse projeto tem como base o fato de que vários comerciantes e proprietários de imóveis procuraram o gabinete deste Vereador. E, como sabíamos que havia uma mediação

entre as partes juntamente com a Subprefeitura, e que não se estava chegando a um consenso, propusemos o projeto visando ao debate nesta Casa, que é a Casa de Leis da cidade de São Paulo.

Nesse sentido, faremos uma apresentação para expor por que fizemos esse projeto. Serão exposto: a proposta dos moradores, a proposta da Associação Comercial e o que aconteceu no decorrer dessa mediação.

Posteriormente, abriremos a palavra às pessoas que queiram se manifestar.

E aí pedimos que se inscreva junto a Secretaria para que posteriormente à apresentação vocês façam o uso da palavra.

Vou pedir para que o Milton faça a apresentação relativa a todo o que ocorreu com relação Rua Alvarenga.

O SR. MILTON - Bom dia. Sou o engenheiro Milton, faço parte da equipe técnica do Vereador Aurélio Miguel. Nos desenvolvemos esse trabalho, fazendo uma compilação de todos os dados que forem disponíveis, das atas de reuniões que vocês fizeram junto com a subprefeitura, os dados disponíveis na Legislação que a lei 13.885/04, e alguns outros dados que colhemos no próprio local.

Vou iniciar a apresentação lendo uma carta que foi entregue ao nobre Vereador Aurélio Miguel por um dos moradores da região: “Proprietária de imóvel na rua Alvarenga envia carta de desabafo a Kassab e Matarazzo, no dia 10/11/07. O meu desabafo cansado Prefeito Kassab. Ao Prefeito Kassab com cópia para a coordenação da Subprefeitura, Secretário Andrea Matarazzo referente a Rua Alvarenga na City Butantã, zona Oeste. Prefeito Kassab, sou proprietária de imóvel na Rua Alvarenga, que além de padecer com a injustiça da lei de zoneamento vive sob o domínio de proprietários egocêntricos de residências ao redor. Pago em dia o meu alto IPTU, que se volta contra mim, que não me traz o mínimo de retorno positivo. Sr. Prefeito a nossa cidade cresceu e o senhor sabe disso, muito melhor do que eu. A Rua Alvarenga pe uma via com a mesma classificação da Av. 23 de Maio. Duas pistas de

ônibus e caminhões de 40 toneladas que une pela ponte da Praça Pan-americana, a cidade, à três rodovias. E não pode ser enquadrada como residencial, ou de uso tão restrito. Proprietário de residências entopem o SAC da Prefeitura com denúncias para autuação e fechamento de pequeno número de escritórios ou empresas que lá existem. Assisto o fechamento e multas altíssimas que provoca o desemprego, humilhação e prejuízo a um número considerável de pessoas e famílias por conseqüências. Esses fechamentos são até acompanhado da mídia, como se tratasse de bandidos e não de trabalhadores. Enquanto os bandidos festejam. Como o uso tão restrito não se torna viável alugaram a maior parte das casas lá existentes. Minha casa é uma das casas abandonadas por falta de interesse. Numa rua tão sem atrativos e possibilidades para se trabalhar e hoje tive o desgosto pela quarta vez de vê-la arrombada e destruída por ladros e vândalos. A freqüência de prostitutas se torna cada dia maior e existe até residência escritório invadida por eles. Isso é vida? Será tão difícil perceber que não se pode morar num lugar assim? Estou envolvida com mais pessoas num acordo de convivências. Sem acordo a mais de um ano. Procurando por uma manutenção da Subprefeitura conciliando os interesses das duas partes o que me parece muito difícil. Os moradores têm sua qualidade de vida e comodidade. A conquista do número é enorme e de ruas fechadas e mesmo assim se recusa a qualquer tipo de acordo. Ao funcionário da Prefeitura do Município de São Paulo, morador, protegido por políticos que é o terror dos que possuem qualquer estabelecimento: dá ordens, faz conchavos, e mostra o poder que tem e mantém o seu poderio no pedaço. Imaginem em pleno em 2007 e consegue. Prefeito Kassab isso é vida? Existe uma associação de proprietários a qual faço parte, mas não falo em nome de ninguém e quero deixar isso bem claro. Me sinto como cidadã no direito de dizer, como me sinto e como tenho sido prejudicada. Depois de horas na delegacia fazendo BO vendo o alto custo do que tenho que reconstruir. Sinto minha revolta subir. Sr. Prefeito a revolta que a minoria sem um bom padrinho sempre. Sabe o que acho um absurdo! Segundo informações trafegam cerca de 8 mil veículos por hora nos horários de pico por essa via, que poderiam se beneficiar de uma via útil e não abandonada

e deteriorada. Eu, quem havia acompanhado com admiração a cidade aparecer como nunca a tinha visto, me sinto murchar no meu entusiasmo, no meu bolso e no meu voto. Obrigada por me ceder o seu tempo precioso. Karen .” Esta carta está publicada no site do Vereador Aurélio Miguel.

Essas são fotos tiradas na segunda feira. Essa é a Praça Alberto Rangel. A foto atesta as condições de deterioração dos imóveis naquele local específico.

Este é o Projeto de Lei 815/07 do Vereador Aurélio Miguel, que dispõe sobre a alteração de zoneamento na rua Alvarenga - subprefeitura Butantã, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Paulo DECRETA Art. 1º Exclui do Quadro 04E do Livro X da Subprefeitura do Butantã, anexo a Lei 13.885/04, que relaciona os Trechos de Logradouros Públicos enquadrados na Zona de Centralidade Linear ZCLZ-II, os trechos da Rua Alvarenga (Cadlog 00855-9), compreendidos entre a Praça Alberto Rangel e Avenida Vital Brasil e entre a Rua Camargo e Avenida Morumbi”. Esse trecho entre a Rua Camargo e Av. Morumbi, será feito um novo substitutivo propondo a retirada desse trecho, só permanecendo o trecho da Praça Alberto Rangel e Av. Vital Brasil.

“Art. 2º Os trechos referidos no artigo 1º desta Lei passam a integrar o Quadro 04E do Livro X da Subprefeitura do Butantã, anexo a Lei 13.885/04, onde estão relacionados os Trechos de Logradouros Públicos enquadrados na Zona de Centralidade Linear ZCLZ-I. Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário. Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Sessões. Às Comissões competentes.”

Passo a ler a justificativa:

-É lido o seguinte:

O SR. MILTON - Esse Slide foi retirado do livro 10 da Subprefeitura do Butantã e é um anexo a lei 13 885. Ele está definindo o que são as ZCLs. A cessão da zona de centralidade ZC. São zonas centralidades lineares de zonas exclusivamente residências - CLZ. Os lotes lindeiros a trechos de vias internas ou lindeiros a zonas exclusivamente residenciais destinado a localização de atividades não residenciais, não incomodas de baixa densidade podendo ser. As zonas de centralidade lineares ZCL 1, que é o que está sendo proposto pelo projeto do Vereador, o trecho de via destinado a localização das atividades de comércio e serviço de baixa comodidade e densidade. A zona de centralidade linear ZCL-2, que é o que está atualmente vigente, é um trecho de via destinado a localização das atividades de serviços de baixa comodidade e densidade. A diferença de um para o outro é só o acréscimo do comercio, porque os serviços já estão previstos nos dois.

Esse aqui é o quadro 4E, do livro 10, anexo a Lei 13.885 do Plano Regional Estratégico do Butantã é esse ponto que está sendo alterado pela lei do Vereador. Rua Alvarenga entre a Praça Alberto Rangel e Avenida Vital Brasil, Rua Alvarenga, entre a Rua Camargo e Av. Morumbi. Esse é o mapa das duas zonas que estão sendo modificadas. O primeiro trecho aqui em cima é o trecho da Praça Rangel até a Vital Brasil, e outro trecho assinalado embaixo é o trecho entre a Rua Camargo e Av. Morumbi, os dois trechos são ZCL 2 Essa situação atual de acordo com o artigo 39 do plano regional estratégico do Butantã. Isso que é permitido hoje na ZCL 2. Serviços profissionais, agências de turismo, escritórios administrativos sem operação de venda de mercadoria de firmas, empresas, representação, publicidade e propaganda. Escritório de administração, distribuição corretagem no mercado financeiro de capitais e de valores mobiliários. Escritórios e profissionais liberais, escritórios de projetos, auditorias, consultoria, assessoria, consulado e representação diplomática, estacionamento de veículos: consultórios, clínicas dentárias e médicas sem internação. Locais para exposição museus. Como vocês podem ver não está incluso aquela escola que vocês falaram que estava legalizado.

Fiz um comparativo entre a situação atual, o que foi proposto no projeto. A proposta dos moradores e a proposta da associação comercial. O que está proposto hoje nos serviços profissionais são agências de turismo. No nosso PL ficaria agências bancárias de câmbio e de turismo.

E na Associação Comercial seria igual ao que está sendo proposto na ZCL-1.

“Escritórios administrativos sem operação de venda de mercadorias de firmas, empresas, representação, publicidade e propaganda”. Estamos propondo: “Escritórios administrativos sem operação de venda de mercadorias de firmas, empresas, representação, publicidade e propaganda”. A proposta dos moradores é semelhante; a da Associação Comercial, um pouco mais extensa, é igual à que está vigendo hoje.

“Escritórios de administração, distribuição e corretagem do mercado financeiro de capitais e de valores mobiliários”. A ZCL-1 é praticamente a mesma coisa, só que entra, também, corretoras de imóveis e administração de bens e incorporadoras. A dos moradores é semelhante à que está vigendo hoje. A da Associação Comercial seria igual ao que está proposto na ZCL-1.

“Escritórios de profissionais liberais”. Na nossa, “escritórios de profissionais liberais, técnicos ou universitários”. A proposta dos moradores é o que está vigendo hoje. Na da Associação Comercial, só há os profissionais liberais.

“Escritórios de projetos de auditoria, consultoria e assessoria, consulado e representação diplomática”. Todos são iguais.

Hoje não são permitidos os estúdios fotográficos. E todos, inclusive o nosso PL, estão solicitando que sejam incluídos.

“Estacionamentos de veículos”, a mesma coisa: todos são a favor. A Associação dos Moradores solicita que sejam incluídos também: gravação de vídeo, som e filmagem. A mesma coisa na proposta da Associação Comercial. Só que, na proposta da Associação Comercial, existem mais alguns, que, aí, precisaria ver se todos estão de acordo, sendo:

“encadernação e restauração de livros, empresas de paisagismo de jardinagem, cabines e caixas eletrônicos, assistência técnica de bicicletas, brinquedos, relógios, jóias e ourives, eletrodomésticos e eletrônicos, e restauradores de obras”.

Continuando, “serviços de hospedagem e moradia”, atualmente não é permitido nada. No nosso projeto, como foi feito em cima do que existe hoje na legislação no Município inteiro, estariam permitidos: asilos, casas de repouso ou geriatria, conventos, mosteiros, seminários com locais de reuniões até 100 pessoas, pensionistas e pensões. A proposta dos moradores não atinge nenhum desses itens, e a da Associação Comercial, só casas de repouso ou geriatria.

“Serviços de saúde”. Hoje só são permitidos consultórios, clínicas dentárias, médicas sem internação. O PL é um pouco mais abrangente, seriam colocados: centros de diagnóstico e laboratórios de análises, consultórios e clínica, e consultórios e clínicas veterinárias sem internação. Na proposta dos moradores, nenhum desses itens entraria. A da Associação Comercial englobaria consultórios e clínicas dentárias, que já são permitidos hoje, e solicita a inclusão do veterinário.

“Locais para exposição”. Hoje só pode ser instalado museu. Pela nossa, existe: espaços e edificações para exposição de artes, museu, pinacoteca e galeria”. Na dos moradores, o museu, que também é comum à proposta da Associação Comercial. E o acréscimo, que faz parte do ZCL-1, de espaços e edificações para exposição de artes.

“Comércio de alimentação ou consumo local”. Isso não faz parte, hoje não pode existir. No nosso projeto, estamos pedindo que seja colocado: adega, padaria, panificadora sem utilização de forno a lenha, quitanda e frutaria, quitutes, doces e bombons. A Associação de Moradores não quer permitir nenhuma e a Associação Comercial solicita que seja incluído: boutique de pães sem forno à lenha, bomboniere, manipulação de alimentos, salgados, sanduíches, doces e congelados, casa de massa, lojas de conveniência e rotisserie.

“Comércio diversificado”. Hoje não é previsto nada. Pelo nosso PL, estamos

solicitando: antiquário, farmácia, drogaria, perfumaria e cosmético, jornais e revistas, móveis, tecidos, objetos de decoração e presentes e *show room*, exceto de motocicletas. A Associação de Moradores só solicitou que incluísse cabines fotográficas. A Associação Comercial solicita o seguinte: farmácia, drogaria, perfumaria e cosméticos; *show room*, exceto de motocicletas; papelaria, livraria, lavanderia a seco, bufê infantil, cabines fotográficas, locadoras de vídeo, CD, DVD e games, floricultura.

“Serviços pessoais”. Hoje também não é permitido nenhum serviço dessa natureza. Nosso PL está prevendo: cabeleireiro e outros tratamentos de beleza, inclusive para animais domésticos. A Associação de Moradores solicita que seja: cabeleireiro e centro de estética. E a Associação Comercial, além do cabeleireiro e centro de estética, que seja colocado: academia de ginástica, ioga, natação, artes marciais, dança, música e artes plásticas.

“Serviços de educação”. Hoje também não está previsto nenhum desses itens. Seriam: biblioteca, educação pré-escolar, escola de línguas e informática. Proposta por parte dos moradores: biblioteca, gibiteca e brinquedoteca. Proposta por parte da Associação Comercial: gibiteca, brinquedoteca, educação pré-escolar e berçário.

“Serviços sociais”. Hoje não está previsto nada. Estamos solicitando: creche, orfanato e parque infantil. A Associação de Moradores não solicita nenhum serviço e a Associação Comercial pede que sejam colocadas creches.

“Serviços de administração pública e serviços públicos”. No projeto está previsto: agência de correios e telégrafos, agência telefônica e delegacia de polícia. A Associação de Moradores não solicitou nada e a Associação Comercial, agência de correios e telégrafos, cartório, exceto de registro de civil e uma delegacia de ensino.

Essas foram algumas notícias que foram veiculadas, na época, pela imprensa. Esta é uma notícia do SPTV, exibida no daí 19 de outubro de 2007. A parte de cima fala mais sobre a regional de Pinheiros e a parte em vermelho é o que cabe nesta audiência. Passarei a ler.

“Nesta tarde, a Subprefeitura do Butantã fiscalizou 12 estabelecimentos da Rua

Alvarenga. Seis deles foram lacrados, sendo cinco na Rua Alvarenga e um deles na Rua Afrânio Peixoto. Os estabelecimentos que já haviam sido fiscalizados receberam multas de cerca de 4 mil reais por não atendimento à determinação municipal.

Outros seis locais estavam fechados e não puderam ser fiscalizados. As ações devem prosseguir na próxima semana.

Em protesto, os comerciantes colocaram parte da mercadoria que estava à venda sobre as calçadas. Alguns deles alegam que, há anos, tentam obter o alvará de funcionamento. ‘Não conseguimos, porque a Prefeitura alega que a rua Alvarenga, com todo esse movimento é, estritamente, comercial.’, afirma um dos comerciantes. A rua Alvarenga é uma das principais ligações entre a Marginal Pinheiros e a Rodovia Régis Bittencourt e Raposo Tavares, e registra um tráfego intenso de caminhões. Pelo menos, vinte estabelecimentos receberam uma intimação para cumprir a Lei de Zoneamento e fechar atividade. A Prefeitura afirma que quem desrespeitar a lei terá as portas lacradas. Uma operação semelhante ocorreu, no centro da cidade, na região da Luz, conhecida como “Cracolândia”. No local, um bar...” Aí já é outro caso.

Essa é uma outra notícia veiculada, no dia 29 de novembro, na Agência *O Estado*. Esse é mais um adendo a um projeto de lei do Vereador Aurélio Miguel, que está tramitando nesta Casa.

Vou apenas ler os trechos que estão em vermelho: “Os proprietários de lojas da Rua Alvarenga, por exemplo, se estabeleceram há décadas, infringindo a Lei de Zoneamento e Ocupação do Solo, mas a fiscalização não funcionou. Nesse tempo todo se criou um fato consumado. A Rua Alvarenga e vários outros corredores comerciais, como a Avenida Pacaembu, na zona oeste, a Alameda Gabriel Monteiro da Silva e a Avenida dos Eucaliptos, na zona sul, não voltarão a ser residenciais, porque, além do comércio, há um trânsito pesado. Há tempos, o Governo estuda a possibilidade de criar um tipo de alvará provisório, com validade de dois anos, prazo para que o proprietário teria para cumprir todas as exigências para a obtenção do documento.”

No ano passado, fizemos um projeto de lei visando justamente criar um termo de alvará provisório. Ele está tramitando na Casa. É o projeto 014/08. Quem estiver interessado em obter mais informações, o projeto encontra-se no *site* do Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Anuncio a presença da Sra. Taisa da Costa Endrigue, representando a Secretaria da Coordenação das Subprefeituras, o Sr. Angelo Andrea Matarazzo.

Tem a palavra o Sr. Audenir Antonio Brunelli.

O SR. AUDENIR ANTONIO BRUNELLI – Bom dia a todos. A maioria dos senhores presentes já teve oportunidade de se encontrar durante a tentativa de mediação feita na subprefeitura. Foi um fato pioneiro, pelo menos, no âmbito da subprefeitura. A subprefeitura tentou, por meio de seu corpo técnico, colocar o maior número de informações possíveis, para que as partes chegassem a um acordo. Houve sete longas audiências. Infelizmente, ao final delas, chegou-se até a um impasse sobre a interpretação da legislação. Em não havendo acordo, como deveria ser o desenrolar, o desfecho daquele processo? Isso foi encaminhado à assessoria jurídica e à Secretaria Municipal das Subprefeituras.

Pelo que tudo indica, a continuidade é pela manutenção da legislação como está lá. Havia uma possível interpretação, de que o subprefeito determinasse algum tipo de acordo. Parece-me que não é isso. Em resumo, a situação permanece como está.

Agora temos outra oportunidade para discutirmos. Podemos aproveitar uma parte do que já foi construído na subprefeitura. Já ficou bastante clara a posição de cada uma das partes. Vamos ir para frente. Durante as audiências, houve um período em que subprefeituras estavam encaminhando propostas para revisão do Plano Diretor. Isso fazia parte da própria legislação, que estabelecia um prazo, para que houvesse revisão do Plano Diretor.

Além de propostas que eram simplesmente corretivas, no plano, onde foram identificadas, por exemplo, discrepância entre o texto da lei e os mapas, eventuais não fechamentos de perímetros de zonas, também a subprefeitura, por meio de consultas à

população e do recebimento de propostas, fez uma análise técnica e encaminhou algumas sugestões, inclusive para a Rua Alvarenga.

Gostaríamos que tentássemos, pelo menos, resgatar aquele material. Quem não estiver, pode disponibilizar novamente. Houve toda uma orientação da subprefeitura. Há até algumas propostas que a subprefeitura colocou, sobre revitalização da rua.

Aquela idéia havia sido aceita e apoiada por todos, de a Prefeitura também participar com comerciantes e moradores, para revitalização da rua, levando, em consideração, em parte, que ela não vai voltar a ser uma zona estritamente residencial. Por outro lado, a subprefeitura não pode deixar deteriorar ainda mais aquela área. Devemos aproveitar um pouco a experiência de técnicos da subprefeitura, não só com relação à legislação do zoneamento, mas de dificuldades que temos com relação à própria fiscalização e ao licenciamento.

Há várias situações na rua Alvarenga. Praticamente, cada caso tem de ser analisado, especificamente. Então, há pessoas que estão instaladas lá, há muito tempo, que já possuíam licença. Há pessoas que tiveram alterações na edificação. Então, é muito difícil falarmos, de forma geral, o que pode e o que não pode ser feito, o que está lá legalmente e o que está irregularmente. Isso é muito difícil para a fiscalização.

Todos conhecem o agente vistor do setor. A nossa diretriz lá, não só com relação à Rua Alvarenga, mas, em tudo, na subprefeitura, na Coordenadoria de Planejamento, quanto mais nós auxiliamos e orientamos a população, para fazermos as coisas regularmente, para se obter licença e todas facilidades legais que a subprefeitura puder oferecer, para que se tenha o licenciamento, menos trabalho haverá para a fiscalização.

A fiscalização do Butantã tem um número razoavelmente pequeno de pessoas que trabalham. O setor de fiscalização, por exemplo, tem apenas dois engenheiros, que dão habite-se e fazem uma série de coisas. Uma forma até de aliviar essa fiscalização é auxiliarmos e trabalharmos, com afinco, em todas propostas que possam, de alguma forma, regularizar a

cidade, compatibilizando-a, como está hoje, com a legislação.

Regularmente, no licenciamento, sabemos, às vezes, a forma que pessoas procuram adequar as situações particulares às dificuldades da legislação. Há casos em que a legislação, inclusive, é omissa. Em muitas situações, temos de encaminhar para a própria Secretaria, para termos orientação sobre o licenciamento e a fiscalização.

Vejo essa proposta de lei, nesta oportunidade, nesta audiência pública, no mínimo, como mais um alento, na tentativa de chegarmos a um acordo que satisfaça a todos.

Gostaria que a Solange falasse sobre o que encaminhamos, por ocasião da revisão do plano regional.

A SRA. SOLANGE S. SILVA SÁNCHEZ – Bom dia. Acho que o Audenir já retomou grande parte do histórico de todo esse processo. O próprio Plano Diretor Estratégico, a lei 13.430/02, já previa, em alguns artigos, a revisão do próprio do Plano Diretor e dos planos regionais aprovados em 2004.

Sob coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento, iniciamos esse processo ainda em 2006. Em janeiro, realizamos uma primeira reunião pública. Na seqüência, analisamos todos os principais pontos de conflito da região de Butantã e aquelas questões que precisariam de uma correção, um ajuste, sempre seguindo orientação da Sempla, da Secretaria Municipal de Planejamento. Em agosto de 2006, realizamos a primeira assembléia regional de política urbana, quando apresentamos a posição da subprefeitura em relação a várias questões, inclusive a da Rua Alvarenga.

Naquele momento, a proposta era alterar o zoneamento no trecho indicado, entre a Praça Rangel e a Vital Brasil, exatamente para uma zona de centralidade linear do tipo I. Isso significa que poderia haver algum tipo comércio e serviço de baixa incomodidade.

No caso de a Sempla, Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, concordar que para cada um dos lados da via haveria um tipo de diretriz, aqueles lotes que faziam fundo com a Cidade Universitária poderiam ser transformados numa zona mista.

Evidentemente, conhecemos todo o histórico de conflitos dessa rua e de outras. Naquele momento, emergiu, novamente, uma discussão, na própria assembléia. Foi ali que a própria subprefeitura fez a proposta, de se iniciar o processo de mediação. Também isso está previsto, no Plano Diretor Estratégico, na lei de 2002, e depois foi regulamentado por um decreto de 2003.

Na seqüência, foram iniciados os procedimentos necessários para se implantar esse processo de mediação. Ao mesmo tempo, a Secretaria Municipal de Planejamento alterou a diretriz que conduzia, no processo de revisão da lei. Nenhuma proposta apresentada, não só pela subprefeitura Butantã, mas por todas as outras subprefeituras, foi acatada nesse processo de revisão. Houve apenas alguns ajustes e pequenas correções. Isso acabou causando uma certa surpresa, porque vínhamos numa direção, e, num determinado momento, essa orientação foi alterada.

De qualquer forma, houve um ganho para todos iniciarmos um processo de diálogo. A subprefeitura teve um papel importante, ao abrir uma mesa de negociação pública, que poderia chegar a um bom termo. Só pelo fato de pessoas terem iniciado essa conversa, nesse pequeno fórum, já houve ganho. Hoje aqui talvez seja a continuidade desse processo.

Em termos objetivos, a proposta hoje não faz parte da proposta consolidada da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, no que se refere à revisão da lei.

Então, no último documento que a Secretaria Municipal de Planejamento elaborou e depois colocou para consulta pública, na Assembléia Regional de Política Urbana de 2007, um ano depois da primeira, não há alteração para o zoneamento da Rua Alvarenga, embora haja um erro no texto. Ele não foi corrigido a tempo. Então tem lá a proposta, mas a posição da Sempla é que não haverá mudança nesse zoneamento. E desde então, do final do ano passado, a Secretaria de Planejamento encaminhou para a Câmara Municipal projeto de lei de revisão apenas do Plano Diretor Estratégico, ou seja, da Lei 13.430, de 2002, os planos regionais e as diretrizes de uso e ocupação do solo que incluem o zoneamento, esse projeto de

revisão ainda não foi enviado. Vocês acompanham bem o assunto, sabem que houve um questionamento, uma representação do Ministério Público e por conta disso foi enviada apenas a proposta de revisão do Plano Diretor.

Como o Aldemir mencionou, o grande aspecto importante dessa mediação que foi iniciada lá na subprefeitura era também considerar um projeto de requalificação urbana para a Rua Alvarenga, quer dizer, não se trata apenas de mudar o zoneamento que permita uma gama maior de atividades ali, mas de recuperar essa rua para a cidade, quer dizer, ter uma intervenção de fato que envolve um projeto urbanístico e ali havia uma oportunidade de se discutir isso, qual é a rua que queremos para o bairro e para a cidade. Então esse aspecto foi extremamente importante naquele momento e espero que a gente possa recuperar isso.

Ainda para acrescentar e concluir, hoje a subprefeitura trabalha na elaboração de um projeto executivo de implantação de uma grande ciclovia na região e um dos trechos é justamente a Rua Alvarenga. Então nós entendemos que isso será mais uma oportunidade de pensar um projeto de requalificação urbana para aquela rua que é tão importante naquele contexto ali.

Só para concluir, o processo de mediação, como o Aldemir falou, ficou praticamente inconcluso, agora soube que realmente chegou essa resposta à consulta que a subprefeitura formulou para a Assessoria Jurídica, então não há possibilidade de avançar justamente porque as partes não chegaram a um acordo e o subprefeito de acordo com essas interpretações do artigo que criou o problema ali na mediação, o subprefeito não pode ele próprio encaminhar uma proposta de alteração. De qualquer forma entendo que ainda deveremos fazer uma última sessão, ou pelo menos um novo encontro, para encerrar, ou para dizer para onde iremos, o que queremos com esse processo que foi tão importante e, como também o Aldemir disse, é um dos únicos na cidade de São Paulo. Houve um parecido para a Avenida Pacaembu, mas numa dimensão muito menor, com alcance bem diferente deste.

A princípio seria isso. Posso responder alguma pergunta se houver.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Obrigado, queria pedir à Taísa, que está representando aqui a Secretaria das Subprefeituras, se manifestasse.

A SRA. TAÍSA - Bom dia. Sou arquiteta urbanista e trabalho na supervisão geral de uso e ocupação do solo. Estou presente respondendo um ofício que foi encaminhado à Secretaria pedindo a nossa presença e estou relatando aqui, para que eu retome isso com o nosso supervisor geral de uso e ocupação para que a gente possa pensar isso junto com vocês. De qualquer forma acho que o Poder Público tem esse poder de mediar em todos os conflitos existentes, as posições diferentes existentes e a subprefeitura mais do que nunca vai poder verificar isso no próprio local e a gente vai, na medida do possível, possibilitar essa conversa também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Queria convidar aqui as pessoas que se inscreveram. A Sra. Márcia Vanoletti.

A SRA. MÁRCIA VANOLETTI - Bom dia a todos. Vereador, antes de colocar minha fala eu gostaria de fazer uma pergunta ao senhor: quanto à uma audiência pública aqui desta Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, eu queria saber como funciona regimentalmente, primeiro, não temos a presença de nenhum Vereador que faz parte da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Temos. O Vereador Agnaldo Timóteo, que abriu e passou. Eu vou explicar para a senhora...

A SRA. MÁRCIA VANOLETTI - Se o senhor puder deixar eu terminar, para a gente fazer uma resposta única. Não é esta a primeira audiência pública que nós participamos nesta Casa, eu não sei se para cada Comissão existe um regimento, mas as características da Comissão de Constituição e Justiça é pela legalidade do projeto em si. O que nós estamos vendo aqui ela tem muito mais uma característica da comissão municipal de política urbana, porque estamos discutindo aspectos técnicos do projeto quando, na verdade, estamos aqui

para discutir aspectos legais do projeto. Então eu não sei se há necessidade de pelo menos alguém da própria Comissão que possa ouvir, porque as partes estão inscritas e elas suprem alguns detalhes. Então queria que o senhor me esclarecesse pela legalidade e por quórum, ou qualquer item que a gente pode ter essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Primeiro, qualquer Comissão pode fazer audiência pública de qualquer projeto, pode ser Comissão de Constituição e Justiça, de Finanças, da qual participo, a de Política Urbana, de que é a matéria. Eu pedi para que colocasse na Comissão de Constituição e Justiça porque ela estava inclusive para ser deliberada pela constitucionalidade ou não. Então pedi para que fizesse já nesta Comissão, porque se houver uma mudança eu já faço o substitutivo nesta Comissão. Essa foi a idéia.

Em relação à audiência, o membro da Comissão, Vereador Agnaldo Timóteo, fez a abertura, portanto, dentro da legalidade, dentro da audiência passa para o autor do projeto, que sou eu, e logo chegará outro membro da Comissão de Constituição e Justiça, portanto, dentro da legalidade, sem problema algum em relação a isso. Depois tudo vai estar em Notas Taquigráficas, está sendo gravado tudo que está sendo debatido aqui e falado.

Então, a idéia da audiência pública é para que a senhora se manifeste em relação a qual é a idéia da senhora e as propostas que a senhora tem.

Era isso o que eu tinha a dizer.

A SRA. MARCIA VANOLITTI - Apesar de o senhor ter-nos informado, e nas nossas reuniões – reunião anterior que, aliás, nos surpreendeu esta audiência, porque estávamos aguardando ainda uma ata de algumas deliberações que tivemos, quando em contato com o senhor.

Então, não recebemos ainda a ata, porque, naquela oportunidade, o senhor disse que realmente promoveria uma audiência pública - ou duas, não importa.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. MARCIA VANOLITTI - E, na verdade, o que aconteceu é que nós

recebemos 24 horas antes essa audiência pública, e não recebemos ainda a ata de nossa conversa, que acho que seria importante termos esse documento, até para poder elaborar nossa pauta de trabalho, e poder convocar as pessoas interessadas no assunto, e isso não aconteceu.

Independentemente de o senhor retirar o trecho da Rua Camargo, vou-me ater especificamente ao problema da legalidade.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Desculpe-me, eu vou falar para a senhora: audiência pública... Legalidade ou ilegalidade, Comissão de Constituição e Justiça, esta Casa delibera.

A senhora tem de tratar a respeito dos assuntos pertinentes àquela rua. Legalidade ou ilegalidade depende do ponto de vista. A senhora vai ao Superior Tribunal, há lá quatro votos a três. Quer dizer, quer dizer, de um ponto de vista é de uma forma; de outro, é de outra forma. Quer dizer, o entendimento de cada um é de uma forma.

Então, eu pediria que a senhora se atentasse realmente à questão da Rua Alvarenga. Legalidade ou ilegalidade...

A SRA. MARCIA VANOLITTI - Olha, então, eu vou-me ater apenas...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Por favor.

A SRA. MARCIA VANOLITTI - ... O que eu falo de legalidade é porque projetos como esse que está sendo apresentado aqui temos em torno de 130 tramitando nesta Casa. Eles fazem parte da Lei 13.885, do Plano Diretor Estratégico. Esse Plano Diretor é o que está em debate. A Lei 13.885 não está sendo discutida.

Então, apresentar, pela Lei Orgânica do Município, que é a alegação que o senhor colocou no seu projeto, o senhor realmente pode fazer esse tipo de proposta, mas ela fere o documento principal que nós, da sociedade civil, tanto moradores como sociedade organizada, seguimos, que é ao Plano Diretor Regional Estratégico. É ali que nos baseamos para fazer nossas reivindicações, para fazer as cobranças para as Subprefeituras, de fiscalização; e de

seguir a norma. A lei maior que seguimos, como cidadãos e como moradores de um determinado bairro, é o Plano Diretor Estratégico. Este plano é o que está em vigor, que foi aprovado em 2004, e que temos de seguir.

Então, trazer uma proposta de uma mudança de zoneamento, com tamanha implicação, com tamanho conflito, porque, na Lei Orgânica se prevê isso, acho que é um pouquinho complicado.

E, fazendo a avaliação do aspecto técnico, volto a insistir: não foi feita uma avaliação detalhada da Rua Alvarenga, porque o trecho que estava proposto aí, apesar de ser retirado, não foi observado que ela já tem, primeiro, três nomes distintos e dois zoneamentos distintos. E o trecho que o senhor colocou ficaria assim: da Rua Camargo até a Avenida Morumbi, ZCL-1; da Rua Nordeste até a...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - A senhora me concede aparte? Quer dizer, a senhora fique à vontade de falar o que a senhora acha que tem de falar. Eu já disse que nós vamos retirar.

Então, acho que a senhora poderia se atentar àquele trecho que nós vamos tentar mudar o zoneamento, porque vocês não chegaram a um entendimento.

A SRA. MARCIA VANOLITTI - Sim, só que há um detalhe, Vereador: não foi levantado, com a devida propriedade, quer o trecho da Rua Camargo, quer o trecho da Rua Alvarenga, da Praça Alberto Rangel até a Vital Brasil.

Então, se o senhor quer encurtar o assunto, temos aqui e vou entregar...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - É que há várias pessoas inscritas, e temos um horário para encerrar, até às 12h.

A SRA. MARCIA VANOLITTI - Eu concordo com o Sr, só que...

Tudo bem, eu vou acatar, porque eu tenho de respeitar. Como eu sou cidadã, tenho de respeitar o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - E inclusive as demais, não é?

R - É, as pessoas vão poder falar. Mas eu gostaria de saber, primeiro: para quem se entrega o documento?

P - Para a Secretaria.

R - Para o pessoal da Comissão, com o abaixo-assinado dos moradores que, como não tínhamos conhecimento da retirada, e tem os aspectos técnicos e tal.

A segunda coisa que quero pedir ao senhor: aproveitando a oportunidade e, tendo em vista os aspectos técnicos que não foram considerados em seu projeto de lei, da Rua Camargo como da Rua Alvarenga como um todo, gostaria que fosse solicitado, à Subprefeitura do Butantã, um levantamento de todo o comércio, de todos os imóveis que estão ali instalados, tipo de atividade, e se são regulares ou irregulares.

Acho que só vamos poder discutir sobre esse trecho da Rua Alvarenga - que vai interferir, sim, o trecho da Rua Alvarenga onde não vai ser objeto da discussão -, mas há necessidade disso, e gostaríamos de obter essa relação, antes da eventual realização da segunda audiência pública.

Obrigada.

P - Gostaria de registrar a presença do Vereador Átila Russomanno, membro da Comissão de Constituição e Justiça.

Gostaria de convidar a Sra. Sylvia Marcia Belinky. Por favor.

A SRA. SYLVIA MARCIA BELINKY - Bom dia a todos; bom dia, Vereador.

Tenho a dizer que isso é um assunto de interesse público, não de interesse privado. Fomos profundamente desse respeitados, porque, como comunidade, não fomos...

Nós fomos ouvidos pelo senhor, e muito respeitados. Porém, a partir daí, não recebemos nem a ata, nem fomos chamados, nem recebemos nenhum aviso com relação a esta reunião que está havendo aqui hoje.

P - Espera um momentinho só, se a senhora me concede um aparte.

Milton, foi mandado o *e-mail*, com a ata? (Pausa) Ah, tá.

R - Quando?

P - Não, tudo bem. Tudo bem.

R - Nós não recebemos.

P - Muito bem.

R - E, assim, eu queria terminar o que eu acho que foi...

- Falas concomitantes.

R – Assim como nós respeitamos, gostaríamos de ser respeitados.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Claro.

R – Afinal de contas somos 800 famílias. Quanto mais não seja, pelo menos por sermos todos cidadãos. Assim como os outros pagam impostos, nós também pagamos. E se nós somos parte interessada, temos todo o direito de receber também isso que foi exibido aqui. Aquela tabela de serviços, nós estamos sabendo, não recebemos.

P - Por favor, coloca a tela.

R – Não, não precisamos disso já, precisávamos anteriormente para poder dizer que nós, a princípio, existiam 7 modalidades permitidas na Rua Alvarenga. Nós concordamos com 21 e ninguém está satisfeito ainda. Quero crer que nós não somos, absolutamente, irredutíveis. Muito pelo contrário, só que nada satisfaz. Assim, é abrir as portas e para abri-las acho que tem de existir a lei e o bom senso. E também deveria existir aqui na mesa mais pessoas, que não fosse o senhor, por exemplo, que tem o projeto, mas outras pessoas que tenham para ouvir até do senhor e dos diretamente interessados que somos nós todos. Agradeço imensamente a sua atenção.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Muito obrigado. Tem a palavra a Sra. Estér Pekelman.

A SRA. ESTÉR PEKELMAN – Bom dia, Vereador, bom dia a todos. Conforme os representantes da Subprefeitura disseram houve reuniões. Eu, como arquiteta, fico extremamente impressionada com a Prefeitura respeitando a lei vigente. Alguns proprietários

não sendo egocêntricos, defendem o interesse de muito poucos para uma comunidade grande que quer preservar a vida de São Paulo. E não é formando mais centros, ter apoio com comércio que você vai dar condição a que os habitantes tenham condição de vida em São Paulo. E a Alvarenga tem uma característica única, faz divisa entre a Cidade Universitária e uma zona residencial. No pedaço que vai da Ponte da Cidade Universitária até a Vital Brasil, ela não tem uma característica de comércio porque é a transição entre a residencial e a Cidade Universitária. Estão querendo colocar um tipo de zoneamento que não cabe, dentro da idéia de zoneamento da cidade de São Paulo que tem progresso. Vamos de uma zona a outra tendo locais em que você passa sem ter conflito. Isso não está acontecendo porque uma hora colocam zona de comércio diretamente, de muro com uma zona residencial. Era isso que gostaria que levassem em consideração porque hoje há profissionais, como arquitetos e urbanistas, que estudam tudo isso e sabem que não é viável. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Tem a palavra o Sr. Carlos Wander (?).

O SR. CARLOS WANDER – Bom dia. Há muito tempo não venho em audiência pública nesta Casa. A última vez foi quando estávamos discutindo a Alvarenga e a Pedroso de Morais quando fundamos o Defenda São Paulo no tempo do Jânio.

Vamos falar da Alvarenga que hoje não tem zoneamento residencial. Não tem um morador na Rua Alvarenga do trecho entre a Vital Brasil e marginal. É zoneamento de serviço e realmente concordo com os proprietários porque é zoneamento complicado. Não serve para alugar. Um indivíduo que se instala num zoneamento de serviço é um escritório, uma multinacional, uma grande empresa e essas empresas não alugam, elas compram imóveis. Isso está acontecendo na Afrânio Peixoto e é o que aconteceu na República do Líbano. Dificilmente empresas desse porte vão alugar. E na Alvarenga pela sua característica, se voltarmos na história, foi a rua mais bonita do bairro. Quando vim para o bairro em 1954 era a rua dos grã-finos, eu morei na lateral. Minha rua era de terra, mal tinha árvores, mas a Alvarenga era bonita. O que estragou a Alvarenga foi a ponte, o trânsito. Realmente não dá

mais para morar na Alvarenga, e tem de ter uma atividade de uso para os proprietários. Só que para o perfil de aluguel, não serve. Os proprietário que investem em aluguel, eu também invisto, eu não vou investir em aluguel em imóvel desse tipo, teria de trocar o patrimônio para um tipo mais apropriado de aluguel. Converter para zoneamento que comporte lojas, comercial, liberação total, vai transformar a Alvarenga naquilo que vemos entre a Vital Brasil e a Raposo Tavares. Parece uma cracolândia, que coisa mais feia. A Alvarenga hoje do jeito que está, mesmo abandonada, está mais bonita do que aquele trecho. A Alvarenga está complicada, quem vai querer instalar escritório ali? O pessoal abandonou os imóveis.

Se eu sou presidente de uma multinacional, vou instalar escritório, quero instalar em local que as casas estão bem-cuidadas. As calçadas estão esburacadas, e são responsabilidade dos proprietários que, por acaso, perdoem-me porque se o zoneamento virar comércio, padaria, empório, sei-lá-o-quê, eles não têm a infra-estrutura necessária para a Rua Alvarenga, vão querer usar a lindeira e já usam. Hoje as ruas lindeiras que são de uso estritamente residencial são prejudicadas pelo uso da Alvarenga. Não há uma rua do entorno que não reclame do uso irregular, coisa que combatemos não é de hoje. A Sociedade de Moradores foi fundada, se não me engano, na época dos anos 60 ou 70, um dos nossos fundadores está aqui, o Rosenblun e desde essa época a Sociedade quer a obediência da lei. Lógico, queremos zoneamento técnico e não financeiro político. Queremos sim zoneamento técnico porque zona residencial é altamente restritiva e ao seu lado não pode ter atividade que seja nociva à residencial. Mas é lógico que tem de ter atividade lá. Achamos que a atividade de serviço é perfeitamente aceitável desde que haja mudança na Rua Alvarenga. Concordamos com isso. Achamos que é difícil no setor de serviços o aluguel de imóveis. Pode ver que nas outras grandes avenidas de São Paulo onde os escritórios vingaram, nenhum imóvel é alugado porque as empresas compram. Na própria Afrânio Peixoto, a maioria dos imóveis não são alugados, são comprados pelas empresas. Se tivesse acontecido na Afrânio o que aconteceu na Alvarenga que os moradores antigos quiseram manter o patrimônio e alugar, ela estaria

igual a Alvarenga, seria a Alvarenga dois.

De qualquer maneira, somos maioria. Para cada um que quer mudar o zoneamento, temos 50 do lado de dentro. Então, que seja também político. Seja feito plebiscito na zona residencial e na Alvarenga e medimos os votos. A maioria leva, mas não pode deixar ninguém sem o direito de participar. Audiência pública aqui não é o legal para a gente, preferimos a reunião lá, à noite.

Fomos convocados para esta reunião terça à tarde, eu não sei há quanto tempo está marcada, mas acho que audiência pública tem prazo maior. Assustamos, terça à tarde e a reunião na quinta! O que é isso? E lá no centro. Registro o meu protesto referente ao tempo que ficamos sabendo. Pensamos que tinha iniciado um diálogo, mas tivemos de explicar quem somos porque acreditava, de início, que o Vereador talvez não soubesse o que acontece.

Tivemos uma reunião na Associação Comercial anos atrás onde foram Vicente Cândido e Zaratinni. A Associação Comercial levou 30, 50 e nós mais de 500. Não cabia mais ninguém. Claro, foi no nosso bairro, à noite. Registro então meu protesto.

Obrigado, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Está registrado. Quero informar que não sou membro da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. Pedi para o Presidente e é ele quem marca, não sou eu. Se fosse da Comissão de Finanças e Orçamento eu poderia marcar com antecedência, estaria com domínio em relação às datas. Foi avisado e assim que me avisaram eu avisei os senhores. E os senhores dominam a matéria, digo isso porque quando estiveram no gabinete percebi que todos conheciam. Não vejo problema nenhum em relação à audiência pública. Vocês estão se manifestando outras vão se manifestar e vai ficar registrado nas notas taquigráficas.

Quero lhes dizer que o assessor Milton disse que, por exemplo, uma escola ali estaria irregular. Estaria irregular e precisa ver quando foi constituída por conta da lei de zoneamento. Quem estava antes da lei de 72 é permitido. Eu tenho um prédio que é na Eliseu

de Almeida que é indústria, não é mais, mas seu eu quiser transformar poderia porque estou antes da lei do zoneamento. Era isso que queria dizer aos presentes.

O próximo inscrito é a Sra. Catherine.

A SRA. CATHERINE – Primeiro, quero dizer que estou triste por aqui, hoje, apesar da beleza desse mural, eu não conhecia. Valeu a visita porque como disseram Ademir e Solange, a gente estava num caminho muito bom com o pessoal da Alvarenga para resolvermos questão que é de todos nós. Não é problema da City Butantã, da USP ou de vocês, mas sim das três partes que estão descontentes com a Alvarenga. Como disse a Karen, a carta, concordo plenamente. Em 80% a Alvarenga é N-1, caracterização de via como a 23 de Maio. Portanto, ela não é residencial, mas o comércio é um tipo de atividade desfavorável ao fluxo da via. Poderíamos trabalhar as três partes, como nós começamos, e virar uma via mais agradável não para caminhão, mas para pedestre. Tenho certeza de que vão conseguir vender ou alugar seus imóveis porque aqueles que já o fizeram estão tendo sucesso, como a Cauduro, Fipe-CAP, fundações que estão funcionando bem na Alvarenga. Acho que se colocar uma padaria perto da ponte, a CET vai ter muito trabalho lá.

A segunda parte da minha fala está de acordo com o que a Solange falou. Devemos continuar os trabalhos lá, na subprefeitura. Temos de lembrar em caráter mais macro de que vai ter estação de metrô na Vital Brasil que vai despejar 80 mil passageiros que vão atravessar a Alvarenga para pegar o trem do outro lado do rio. A Alvarenga vai ter um fluxo enorme e é nesse fluxo que temos de basear o seu futuro. Tirar caminhão e por pedestre, bicicleta porque vai ser bom para todo mundo. Não acho que é colocando padaria e bomboniere que vamos resolver o problema de vocês.

Só para contar uma anedota. Tem um serviço de aluguel, espaço para cordão umbilical... como chama isso? Uma clínica, um banco de cordão umbilical. Outro dia, eu vinha atrás da dona, desci a ponte da Cidade Universitária e ela estava com o controle remoto da garagem já na ponte, apertando para ter certeza de quando descesse, entrasse na garagem.

Então, não é bom para comércio lá. Não dá. É muito difícil. Vamos resolver o problema de um paciente que tem câncer com aspirina. Está errado. Urbanisticamente o comércio nesse trecho da avenida é tecnicamente equivocado.

Não por isso queremos falar que o Alvarenga está ótima do jeito que está. Não, a Associação de Moradores não gosta da Alvarenga do jeito que está. Nisso concordo com o Valdenir, o Alvarenga tem de voltar a ser a linda Avenida que um dia foi. Todo mundo ganhará com isso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - A senhora Marion Lauter Berg

A SRA. MARION LAUTER BERG - Bom dia a todos. Apesar de já ter sido dito, só gostaria de reiterar que, realmente, não recebemos nem a ata nem a convocação para hoje. Por isso, estou um pouco atrapalhada. Até conversamos um pouco ali, porque tivemos um prazo de 24 horas para resolver todos os nossos assuntos, passar um abaixo-assinado, tirar xérox, fazer carta, ofício. Está tudo um pouco cru, mas mesmo assim iremos entregar alguma documentação.

Também não vou comentar sobre a carta que foi lida na íntegra, enquanto que nenhuma das nossas cartas foi lida. Apesar de não concordar nem com 80%,(sic) acho que ali tem até alguns termos ofensivos a nós. Também não vou responder. E como disse o Carlos, nós também pagamos IPTU.

Outra coisa que tem de ficar um pouco claro: nos abaixo-assinados, por exemplo, todos nós nos expomos, dizemos quem somos. Quem está pedindo, por exemplo, na parte da mediação dos moradores. No outro lado do balcão, como brinco, quem está? São só os proprietários dos lotes na Alvarenga, a Associação Comercial, quem são os interessados. Gostaríamos muito de ter essa definição.

- Comentário inaudível.

A SRA. MARION LAUTER BERG - Sim, mas quem são? São os proprietários, os inquilinos, as pessoas que usam, a Associação Comercial, quem está propondo? Afora a dona

Karen, e se for só ela é uma só contra dez mil dos nossos, fica fácil de resolver. Agora, quem é o pessoal do outro lado do balcão?

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Aqui não tem balcão. Balcão é negócio. Aqui é lei.

A SRA. MARION LAUTER BERG - Desculpe-me, eu não quis ofendê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Soa mal, infelizmente. Temos de tomar cuidado.

A SRA. MARION LAUTER BERG - Eu vou explicar a história do balcão. Eu trabalho com comércio. Então, tem uma pessoa do lado de cá e outra do lado de lá. Não quis ofender ninguém, mesmo porque não há necessidade, nós estamos todos muito bem, não é verdade.

Quis dizer que há uma parte de um lado e outra do outro. Poderia ter tido uma parte de cá da mesa, uma parte de lá. Se alguém se sentiu ofendido, perdoe-me, não era minha intenção. Avisei antes que ia fazer uma brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Temos de tomar cuidado, porque quando se trata de política ...

A SRA. MARION LAUTER BERG - Eu não sou política.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Eu estou no meu primeiro mandato.

Infelizmente, é uma tendência, principalmente dos meios de comunicação, de trazer comentários que difamam, negativos. No meu primeiro dia de mandato, os mais experientes me advertiram para não falar determinadas coisas. É só nesse sentido.

A SRA. MARION LAUTER BERG - Aliás, como o senhor mencionou “balcão de negócios”, e não é nada disso, nós estivemos nas reuniões e ficou parecendo que éramos a turma irredutível. Lembra Valdenir, Solange?

Como foi dito, abrimos um leque bem maior de opções para uso da Rua Alvarenga, e ainda assim não foi aceito nada. Ou eles pegavam tudo ou nada. E ficaram sem nada,

porque não aceitaram a metade do caminho.

Volto a dizer que achamos que os moradores têm de ser ouvidos, porque é uma parcela grande da população e de cidadãos interessados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Só queria reafirmar que não pertenço à Comissão de Constituição e Justiça. Eu pedi a audiência nesta comissão porque ia ser deliberado e aprovado e passaria para outra. Essa audiência é justamente para poder adiantar o debate.

Gostaria de informar que todas as convocações de audiência pública estão no site da Câmara Municipal. Com o advento da internet, essas informações podem ser observadas a qualquer hora.

Tem a palavra o Sr. Paulo Sérgio Natak.

O SR. PAULO SÉRGIO NATAK - Primeiro, queiro esclarecer um ponto, pois parece que essa audiência virou o jogo do contra. Um ganha, o outro perde. Não é nada disso, nunca foi essa a intenção.

Não adianta vocês terem um bairro lindo, bonitinho, arrumado, se para chegar nesse bairro o pessoal tem de passar por uma favela. E é exatamente nesse nível que a Alvarenga está chegando, com casas abandonadas, com prostitutas caminhando pela Alvarenga, arrombando casas para usar como escritórios, como a Karen falou. Ultimamente o pessoal está invadindo as casas para consumo de drogas. Ou seja, na situação em que estamos hoje, não é uma questão única e exclusivamente de dizer “Não, nós temos um pouquinho a mais para vocês...”. Não é assim.

Para você transformar uma rua em economicamente viável, precisaria ter atividades interligadas. Ninguém coloca um escritório perto da ponte se, efetivamente, o que acaba acontecendo é que os funcionários têm de sair e andar um quilômetro, 1,5 quilômetro para chegar a uma padaria e comer um sanduíche. Não existe um correio. Quer dizer, quatro, cinco,

oito atividades a mais não resolvem o problema. Tem de haver atividades interligadas. Um escritório precisa ter eventualmente um correio, uma papelaria, um lugar para refeição e coisas desse tipo. Senão, o negócio acaba não tendo maturidade. Estou respondendo àquela colocação que vocês disseram que deram 21 atividades a mais. Fui um dos membros da comissão e, em verdade, vocês deram nove. As nove atividades não eram interligadas. Conclusão, acaba não surtindo resultado nenhum. Queria também dizer o seguinte: hoje, no estado que está o Alvarenga, fazendo a colocação que o Carlos fez, que seria só para escritório, só para multinacional, não sei o que multinacional compra, se fosse economicamente viável existiriam muitas multinacionais tentando comprar e os preços estariam supervalorizados. Não é isso que está acontecendo no momento. Isso é uma teoria que na prática não está se demonstrando.

Quero dizer para vocês um último ponto que acho razoavelmente importante. Toda a vez que se fala em comércio o pessoal sempre pensa que vamos fazer um shopping-center e alguma coisa desse tipo. Estamos mudando os usos mas as construções não. Existe uma limitação naquele bairro de 250 m² de terreno. Então, 250 m² não se consegue colocar o escritório de uma multinacional ou um comércio de grande porte mas principalmente pequenos escritórios e pequenos comércios, comércio para uso local os quais trariam a própria benfeitoria também aos moradores. Então, estou colocando para vocês o seguinte: esta alteração é uma alteração que vem para o bem de toda a comunidade. Não estamos falando em shopping centers, como cheguei a ouvir falar em prédio de 35 andares. Queremos pequenos comércios locais, que é algo muito mais rentável que uma indústria de serviços hoje que acaba não se consolidando e tanto não se consolida que a prática mostrou que esta teoria de indústria de serviços por si só, o que já é permitido, não deu uma revitalização na Rua Alvarenga. Ou seja, precisamos de algo mais antes que aquilo se transforme no que está hoje, com casas abandonadas. Existe um dado que provavelmente possa ser dado pela Prefeitura, o número das casas que se tem hoje com impostor atrasados, com multas altas que simplesmente

levará ao abandono. Isso vai acabar levando à situação em que moradores da área interna do bairro terão de passar por favelas para chegar aos próprios bairros, o que é pior para vocês também. Isso não é o jogo do contra. Temos de achar alguma coisa justa, alguma coisa que seja boa para ambos os lados. É o que estamos pedindo. Não acho que uma bomboniere seja um crime, percebem?

- Aparte fora do microfone.

O SR. PAULO SÉRGIO NATAK - Isso é uma teoria interessante. Não sei o problema de tempo. Vou lhe rebater isso com o seguinte argumento: se você olhar a Avenida Paulista, onde há a cada vinte metros um prédio entre 15 andares, provavelmente com 10 vagas por andar e coisas desse tipo. Os carros entram e saem da Avenida Paulista sem causar transtorno no trânsito. A própria legislação prevê uma vaga para cada 35 m² de área construída. Isso vai gerar estacionamentos nos próprios imóveis ou você tem de ter um convênio gratuito para estacionamento ao mínimo de cem metros. Então, a teoria de que vamos estacionar nas ruas transversais também não é verdadeira. Era o que tinha a dizer para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - SR. Mário Hiroda.

O SR. MÁRIO HIRODA - Exmo. Sr. Vereador Aurélio Miguel, Vereadores componentes da mesa, senhoras e senhores, colegas da Rua Alvarenga e amigos do bolsão da City. Sou talvez há vinte anos, com alvará de representação, representante comercial. Espero que não tenha incomodado ninguém dos moradores. Muito pelo contrário, deixo iluminação à noite e isso dá uma certa segurança. Na ocasião da enchente lutamos muito porque tive um prejuízo enorme, inclusive todos os moradores do bolsão. Fui um dos que puxei a bandeira para acabar com a inundação que era somente construir a ponte na Cidade Universitária. Isso não vem ao caso mas uma coisa é verdade. Discutir, o que é óbvio, já estão lá instalados vários comércios. Outro fator importante que tenho notado é que lá deverá se formar o maior corredor - assim como a Consolação é conhecida como um corredor de luz, a

Fernão Dias é conhecida como materiais para marcenaria - na Alvarenga estou notando que será de móveis, comércio madeireiro de portas e janelas. Ficará um comércio marcado. Não virá nenhum prédio. Gostaria da compreensão dos senhores moradores para que deixassem o comércio produzir, dar mais emprego, dar mais segurança porque cada comércio que há tem um segurança, pelo menos, olhando. Vai olhar todos. Gostaria de parabenizar o Vereador Aurélio Miguel pela belíssima iniciativa e o pessoal da Prefeitura que tem dedicado estudo profundo para que realmente lá se torne uma área comercial, não industrial. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Sr. Klaus Peters.

O SR. KLAUS PETERS - Bom dia a todos, Vereador Aurélio Miguel, Vereador Atila Russomanno, demais componentes da mesa. Muito do que queria falar já foi dito aqui. Sou da Regata, loja que se estabeleceu lá há 13 anos. Espero também não ter importunado. Nunca tive a noção de que o comércio pudesse causar reações tão antagônicas. Mas espero não ter causado nenhum transtorno maior.

Inicialmente quero parabenizar o trabalho da Subprefeitura que apesar de estarmos lutando um contra o outro, sabemos de nossa irregularidade lá, estamos já há muito tempo tentando achar uma solução para isso, mas, como já falei, muito do que queria falar já foi dito e só queria fazer uma ressalva. Acho que o que o Vereador Aurélio Miguel está tentando fazer é não deixar as pessoas em lados diferentes do balcão, em lados opostos e sim, trazê-las para o mesmo lado. Acho que o que está sendo debatido aqui, e é um exemplo maravilhoso da democracia que, graças a Deus, nosso país vive, é que uma iniciativa como a do Vereador possa, sim, achar a melhor solução para um determinado ponto de nossa cidade. A comunidade que ali vive e que ali tem o seu comércio, não é unicamente a comunidade impactada pelo que está sendo proposto. Estamos ativamente procurando algum lugar para colocar a Regata. Temos várias dificuldades, São Paulo cresceu muito mas ficaria muito triste e ver que fazendo todo o esforço que estamos fazendo, tirar a regata de lá ou os demais comerciantes e, daqui cinco anos, passar pela Rua Alvarenga e comprovar o que penso hoje,

que o que degrada a região não é o uso e sim o tráfego. Infelizmente São Paulo não é exclusividade. O Brasil todo vive a falta de planejamento. Fazemos aqui o planejamento em tempo real. Às vezes até o planejamento retroativo. Só queria colocar isso. O esforço do Vereador, sem mencionar o esforço incansável da Subprefeitura é ter certeza de que todo o esforço que nós da comunidade fazemos é para o bem de todos e achar uma forma de que a minoria se sacrifique para o bem da maioria. Se eu tiver de ser a minoria sacrificada para o bem da maioria, que assim seja. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Enfim, uma unanimidade. Todos aplaudiram, foi bom. O Sr. Jackson Vasconcelos.

O SR. JACKSON VASCONCELOS - Bom dia, é a primeira vez que participo de uma reunião deste porte. Desculpe se eu falar com emoção. Falar aqui na frente é difícil. Vi oradores que falaram com tanta maestria que fico tímido na hora de aqui chegar. Gostaria de falar alguns pontos que vimos aqui, como o exemplo de descer a avenida e ter de apertar o controle remoto. Não seria diferente se fosse uma residência. Se fosse uma residência eu teria de parar na porta para descarregar algo rápido. Seria até mais prejudicial. Não é isso que queremos discutir. Queremos discutir o convívio pacífico, o convívio bom. O que é bom para o bolsão é bom para a Alvarenga também. Precisamos ter o bolsão bonito, bacana. É uma área residencial de São Paulo, uma das poucas, dentro de uma área urbana que é conservada. Eu passo por dentro de carro. Adoro passar lá. Se tivesse oportunidade compraria um imóvel lá.

Respondendo à questão que o Sr. Carlos falou, comprei o imóvel na Alvarenga. Sou comerciante e proprietário. Não tem só comerciante de aluguel lá. Então, quando o senhor falou de uma grande potência, obrigado, sinto-me lisonjeado. Gostaria de participar mais de coisas positivas para o bolsão.

Quando se discute aqui o bolsão em Alvarenga, eu não vi... pode ser que eu esteja enganado, mas nenhum de vocês mora na Alvarenga, como já foi falado aqui. Então eu penso o seguinte: nós estamos falando de bolsão em Alvarenga. Por que a gente não vê onde a

gente permitiria que o tráfego fosse de dentro do bolsão para a Alvarenga e não da Alvarenga para o bolsão? Construiria cancelas, jardins, o próprio comércio ajudaria a fazer isso. É uma situação, entendeu, de a gente se unir e... pô, esse bairro nós vamos proteger, porque nós estamos lá. Nós não vamos construir um shopping como foi falado, não é essa a nossa intenção. A nossa intenção não é construir prédio, a nossa intenção é ter um comércio que atenda às necessidades. Ou seja, lá já estava estabelecido um tipo de comércio, que toda a sociedade conhece aquele tipo de comércio. “Enes” moradores vêm de outros bairros até lá para comprar uma porta, uma janela. É conceituado como uma franquía de venda desse tipo de serviço e produto. Então, o que nós estamos pedindo é a legalidade para uma situação comercial. Com relação à restrição de trânsito, a Subprefeitura pode estar estabelecendo com a CET locais, colocando Zona Azul para que não se estacione carro na frente das casas, entendeu? São coisas que são feitas para bloquear. Com relação a uma via para poder se andar a hora que despejar o nosso metrô lá mais de tantas “mil pessoas vai estar desembarcando” lá e andar e tal, de bicicleta... são “empracado oitocentos carro” em São Paulo. É uma situação irreversível. São Paulo “empraca” oitocentos carros. Como que nós vamos pegar uma via e falar “Não, a gente vai fazer aqui só para andar agora pedestre”, uma via que liga a Marginal à Raposo? Então, o discurso para nós está claro, nós estamos falando de uma via. Agora, a pergunta que eu deixo é... Eu não estou em lado oposto, ou um de um lado, um do outro. Eu estou a favor do bairro, até comprei um imóvel lá, gente! Eu não posso ser contra o bairro. Eu não quero deteriorar, eu quero melhorar. Eu quero saber o que eu, este cidadão, posso fazer para melhorar o bairro, entendeu? Então, é só isso que eu gostaria de colocar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Obrigado. Ele era o último inscrito. Se houver alguém que queira fazer alguma manifestação, por favor. (Pausa) Por favor. Qual é o seu nome?

O SR. MÁRCIO BEQUER - Meu nome é Márcio Bequer, eu tenho uma escola de

idiomas na Rua Alvarenga próximo ao portão principal da Universidade de São Paulo. Eu vim para São Paulo quando tinha 18 anos, para estudar na Universidade de São Paulo e conheço o Alvarenga desde então. Desde que eu me formei, comecei a trabalhar na Rua Alvarenga e estou lá desde então. Isso significa 1994. Eu sou professor de idiomas, dou aula de inglês, alemão, espanhol, francês, italiano, russo, chinês para as pessoas que estudam na Universidade, a maioria estudante de pós-graduação. Encontrei o imóvel onde eu estou em 2001, completamente destruído, abandonado, parecia um depósito. Nesse momento, do lado esquerdo, o vizinho... acabaram de “atuar” uma casa de prostituição. Eu entrei nesse imóvel quando eu fui procurar o meu, eu entrei e vi as condições que as pessoas trabalhavam nesse imóvel. Essa casa ficou abandonada mais ou menos uns dois, três anos, me deu muito problema porque ela era constantemente invadida, eu tinha que interferir. Eu tive que fazer uma assembléia igual a essa com os profissionais de sexo que trabalham na... trabalhavam na Alvarenga, faziam programa na frente da casa onde eu estava. Tive que conversar educadamente com todos e entrar num acordo para poder ter o meu estabelecimento funcionando naquele local. Para poder entrar nessa casa eu gastei o que eu tinha e o que eu não tinha - na verdade, não tinha -, para reformar a casa e deixar numa condição decente, porque o proprietário não ia conseguir alugar. Então, assim, na condição de estudante recém formado etc., eu tive que ter a coragem de pegar aquele imóvel, porque ele mesmo não tinha condições de fazê-lo. Tenho orgulho da coragem que eu tive. Hoje eu tenho uma escola conceituada já há oito anos. São poucas pessoas que estudam lá, é uma escola de elite, não é para qualquer pessoa. Tenho mais professores trabalhando na escola hoje do que alunos particularmente. Eles chegam até lá de carro, tem um estacionamento para 40 vagas, nunca uso vinte. Normalmente de manhã tem vinte pessoas estudando, às 18h, ontem, tinha duas professoras da USP fazendo aula, ninguém mais compareceu, e na parte da noite normalmente trinta pessoas. Então, assim, o depoimento que eu quero fazer é o seguinte: aqui nós estamos discutindo lei, legalização, etc. São oito anos investidos no meu projeto, é um

projeto difícil de levar a cabo. Eu tenho hoje uma escola conceituada, posso mudar de local, posso ir para outro local. Vários dos meus alunos foram consultados, consultei todos, inclusive pessoas que moram na região, moram no bolsão, são ex-alunos. Essas pessoas me falaram: “Mas o ponto é bom. Qual é o problema? Nós estamos incomodando quem?” Eles vão normalmente até a banca de jornais da esquina, comprar um salgadinho, comprar um refrigerante, tem um intervalo, voltam para estudar, dificilmente... alguns executivos têm carro, os estudantes da USP não têm, eles vêm a pé, de bicicleta ou de ônibus. Meu maior problema de estacionamento é com bicicletas. Então, o que eu peço? Eu quero pedir o direito de poder argumentar com todos. Eu também quero morar no bolsão, eu também quero árvores, eu não quero que cortem as árvores, eu não quero enchente na esquina, porque os meus alunos às vezes pedem para eu ir buscá-los de bote; eu também não quero sujeira e não quero prostituição na rua. É só isso. Então, eu me senti hoje excluído, assim como muitos devem ter sentido. E estou argumentando porque eu sou único no que eu faço. A minha profissão eu faço das sete da manhã até as dez horas da noite. Eu tive que cancelar a minha aula hoje, porque só eu dou a aula que eu posso dar. Cancelei com eles porque importante para eles também. Poderia ter trazido várias pessoas aqui hoje da Universidade de São Paulo que iriam argumentar com vocês também, porque para eles também é conveniente, no portão da USP, eu não posso mudar para a Pedroso de Moraes. Eu consultei todas as possibilidades que eu tinha. Nem a Vital Brasil, eu já comecei o meu negócio na Vital Brasil, não funciona. Ainda hoje é complicado.

O tremor que aconteceu há dois dias, eu estava sentado no meu computador e me perguntaram se eu senti. Eu falei que não porque aqui treme constantemente, as portas, as vidraças. Se tremeu, não sei, aqui treme sempre, já estou acostumado com o tremor.

A minha proposta é: vamos conversar, vamos ver cada caso, vamos analisar cada pessoa. Eu não tenho só a minha filha para sustentar, eu tenho professores que dependem dos seus salários e pessoas que tenho de preparar para daqui a seis meses estarem na Alemanha,

nos Estados Unidos, no exterior, falando e escrevendo com competência.

O que estou percebendo é que criamos uma animosidade e ninguém me conhece. Eu não quero entrar em conflito com ninguém, aliás, se eu estiver incomodando, por favor, me avisem. Eu tive problemas constantemente, desde que entrei lá em 2001, tentei sensibilizar e conversar com as pessoas que estão na rua, que estavam atrapalhando, que deixavam dejetos na frente do meu estabelecimento de manhã. Eu tinha de levantar mais cedo e pedir para a minha faxineira limpar e não eram agradáveis.

É isso que estou propondo. Por que eu tenho de ser criminoso ou vítima ou acusado de uma situação que não é minha intenção. A minha intenção é continuar prestando o meu serviço com a qualidade e competência e conseguir conquistar o renome que a minha escola quer ter e pretende ter. Se possível, quero ter dez estabelecimentos em São Paulo, legalizados, trabalhando de acordo com a lei, sem prejudicar ninguém. Se Deus quiser, eu vou morar vizinho de vocês, porque eu também vou comprar uma casa ali, eu gosto daquele local, eu me apaixonei por São Paulo, eu sou catarinense e hoje sou paulistano, eu quero morar ali também. Eu quero aquelas árvores, aquele ambiente do jeito que estavam ou até melhor. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Quero que o senhor se identifique também para ficar registrado nas notas taquigráficas.

O SR. VISGO ZEBLUM – Moro no bairro há 30 anos, aquela beleza que todos falam que ali existe, existe mesmo, tem de ser preservada a qualquer custo. O que vale é o comportamento de gente civilizada, como vocês todos falaram.

Eu estou surpreso com a boa vontade de alguns representantes aqui em fazer um contato mais profundo para tentar resolver de outra forma e que também não precisa chegar a esse ponto que chegou.

É surpresa, representantes como a Regatta, que passo sempre em frente, e outras empresas que estão interessadas, e daqueles que têm a casa deteriorada, mas têm de ter boa

vontade de ver que não é só aquele que existe.

Já conversei com o Vereador em outra oportunidade, falei que tem um escritório de arquitetura famosíssimo na Alvarenga, lindíssimo, que se propõe até em fazer uma comunicação visual para a avenida de forma que se torne uma avenida vista com outros olhos, o lado positivo desse nosso encontro.

As outras, gostaria de fazer algumas colocações técnicas rapidamente, essa história de 250 metros quadrados e a casa tem estacionamento não funciona porque temos uma empresa de segurança, por exemplo, que tem muitos funcionários que estacionam em todas as ruas, eles têm direito em fazer isso, mas é muito desagradável para quem quer ver aquele bairro preservado, mas o direito existe. Então aquela empresa de segurança usa as ruas como estacionamento e a zona azul seria um pouco difícil de aceitar. Qualquer urbanista, no sentido técnico diria que quando existe um bairro desse, os lindeiros, tem de fazer uma faixa de transição, não pode ter prédio, pode ter prestação de serviço.

E por último, sobre o consumo daquelas empresas que estariam na Alvarenga, como foi dito a bonboniere ou coisa desse tipo, os moradores, são 450 residências, não têm interesse em mais mercado ou bonboniere ou quitanda. Estou falando dos moradores, tem a Vital Brasil, os mercados, as empresas, as quitandas, a parte elétrica, tudo disponível e tem a Praça Panamericana para quem quiser. Se os moradores que habitam lá não têm interesse em consumir da Alvarenga, os consumidores da Alvarenga têm de ser outro tipo de gente, ou as empresas que se instalarem devem ser outras.

Então, esses dados são importantes para serem levados em consideração. Não estou deixando nenhum tipo de discussão, mas algumas colocações feitas como o urbanista disse que não funciona. Se formos nos ater à verdade, à parte eficiente que funciona bem, a solução vai aparecer. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Por favor, identifique-se para ficar registrado.

A SRA. MÁRCIA VAIOLETTI – Sou Assec, Associação de Segurança e Cidadania. Eu estou fazendo essa solicitação a pedido do Secretário. O senhor apresentou esse quadro em que dá o que somos hoje, a ZCL1, que o senhor está propondo, que seria o acréscimo de algumas atividades; a proposta dos moradores que para nós tem alguma coisa que está faltando e a última proposta que se o senhor pudesse disponibilizar isso para as associações, porque acho que carece um pouco mais o estudo entre a sua proposta de ZCL1 e o que é hoje contemplado e os acréscimos que são apresentados. Se o senhor puder disponibilizar, a gente agradece. Não precisa toda a sua apresentação, mas esse quadro que caracteriza de forma muito clara quem é que está propondo alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu já tinha falado anteriormente que ia disponibilizar no meu site, na Internet. Peço desculpas porque chamei a atenção porque não colocaram mais cartas dos demais membros. Eu perguntei se alguém mais tinha enviado, enviaram e não colocaram. Eu gostaria que tivessem colocado, coloquem, por favor. Eu sou imparcial, eu estou como juiz, eu não sou nem de um lado e nem do outro. Eu sou a favor que vocês cheguem a um entendimento. Acho que vocês tiveram várias oportunidades de entendimento e, até o momento, não se conseguiu chegar a um consenso. Todos perdem com isso. Quero até dizer que se nós conseguirmos chegar a um entendimento até nesse momento tenho condições de ajudar inclusive a reurbanizar a Alvarenga agora, neste momento. Mas eu preciso do consenso de vocês, senão eu fico, também, de mãos atadas. É isso que eu peço. Aqui sou um representante hoje. Em janeiro não sei se estarei mais aqui. Estou tentando fazer o meu papel de representante da população e de morador da região que sou.

A SRA. _____ - Gostaria de fazer uma correção, acho importante, ali no slide a zona é ZCLz - é uma zona centralizada e linear em zona exclusivamente residencial. Isso parece bobagem mas não é. Pode causar problemas depois porque existe uma ZCL como outra zona, que dá possibilidades muito maiores. Então, é uma ZCLz. Por estar lindeira ou no interior de uma zona exclusivamente residencial ela permite esses serviços ou

atividades de comércio de baixa incomodidade. Aí uma sugestão, se me permitem, de também acrescentar nesse quadro a proposta que a subprefeitura formulou no momento do processo de mediação de conflitos.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Eu pedi mas não recebi. Até estive na subprefeitura esta semana pedindo que me enviassem e não recebi.

A SRA._____ - Porque é um misto disso. Talvez o material... não veio? É, temos lá.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Por favor, se puder encaminhar eu agradeço.

- Apartes fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Se você puder disponibilizar no *site* ainda hoje colocaremos no *site* com a proposta da Subprefeitura. Acho que é importante.

A SRA._____ - Na verdade, naquele momento, tínhamos um desenho para Alvarenga. Pensávamos nesse sentido, como eu falei, junto com esse processo de re-qualificação urbana que estamos colocando agora.

O SR. ALEXANDRE MARTINS PINHO - Bom dia, sou advogado e defendo alguns dos comerciantes daqui. O meu comentário é mais com o pessoal da Subprefeitura. Acho maravilhoso o que aconteceu. Não imaginava um dia participar de algo tão interessante e tão democrático. Só que enquanto discutíamos aqui quem é do comércio conhece o Sr. Eugênio, que é o fiscal, que todo o mês bate cartão no comércio dando multas de quatro mil reais. A discussão aqui pode se alongar até o final do ano porque o Sr. Eugênio está lá, todo o mês 4 mil e alguma coisa! Eu não consigo mandado de segurança. Já tentei e está difícil. A Subprefeitura está demonstrando uma tremenda boa vontade em nos receber mas o comércio não dura até o final do ano. Com 4.800 reais por mês, aluguel e funcionário não duram mais três meses. Então, de repente, seria interessante o ...(inaudível)... repensar um pouquinho nisso. Estamos tentando chegar a um acordo. Vamos dar uma maneirada. O Eugênio já amigo

de todo o mundo. Daqui a pouco vai tomar café no escritório.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - O senhor me desculpe, o senhor como advogado e eu como representante da população e vereador, esse tipo de proposta que o senhor faz, para nós, não serve. Nós somos legalistas. Gostamos do cumprimento da lei. Então...

O SR. ALEXANDRE MARTINS PINHO - Nós estamos discutindo uma solução que vai durar meses...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - O senhor me desculpe...

O SR. ALEXANDRE MARTINS PINHO - Não vamos chegar...

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Eu sei. Eu respeito todas as opiniões. Sou legalista e sou mesmo! Então, tem de tomar muito cuidado com esse pedido que o senhor fez. O senhor está pedindo para ele prevaricar. A multa faz parte da legislação. Com todo o respeito espero que todos os senhores compreendam. Não tenho nada contra os senhores ou contra os senhores. Estou tentando chegar a uma situação de consenso. O que espero é que, como vocês não chegaram nessa mediação a um bom entendimento, que nós, neste momento tenhamos oportunidade e possamos chegar. Se não chegarmos ou eu terei de tomar uma decisão, e eu não gostaria, aí vai a minha consciência. Olhem, não estou preocupado com eleições, podem ficar tranquilos. Estou preocupado com a minha consciência. Então, quero deixar bem claro isso para os senhores. Gostaria que vocês chegassem a um entendimento. Seria muito mais fácil para nós e até para os senhores, até para um convívio harmonioso. Se vocês chegarem a um consenso rapidamente tenho condições neste momento - sou o vereador que mais recursos manda para o Butantã, mandei três milhões que ainda não foram usados, posso usar na Rua Alvarenga, na reurbanização da Rua Alvarenga. Só que preciso do entendimento dos senhores e das senhoras. Se não houver esse entendimento não posso fazer nada. Não vou investir nada, claro que não. Estou pedindo isso. Olha, com humildade, que vocês cheguem a um entendimento. Seria importantíssimo para nossa região, para os

senhores que moram na região seria maravilhoso. Haveria uma reurbanização da avenida. Para os comerciantes que lá estão, seria importante. Logicamente que há as limitações. O que houver limitação, o que estiver na lei, não posso ultrapassar. Não posso infringir a lei. Estamos propondo isso. A Solange me disse, inclusive, uma coisa melhor ainda. Se vocês chegarem a um entendimento, podem ver na mediação final, uma característica única da Rua Alvarenga. Seria melhor ainda, não precisaríamos seguir a lei do Plano Diretor. A Lei do Alinhamento. Puxa vida, temos essa oportunidade, vamos ter bom senso, humildade, ceder. Se não ceder não se chega a lugar algum. O ganha-ganha tem de ser dos dois lados, dos dois interessados. Entendo dessa forma. Falo do coração mesmo porque vejo que todos estão agoniados e não chegam a um entendimento. Há quanto tempo está esta mediação, Solange? Agosto? Julho. E não se chegou a lugar algum. Está parado. A minha idéia foi entrar com este projeto de lei para trazer a discussão para a Câmara Municipal. Engana-se quem falou que tem de ser lá. Tem de ser aqui. Aqui é a Casa de Lei da cidade de São Paulo. É aqui que se pode debater e resolver isso. Já que não se chegou a um entendimento. Mas se chegar a um entendimento lá e vocês trouxerem uma proposta vou seguir o que vocês entenderem. Agora, tem de haver boa vontade das partes. Entendo desta forma. O senhor me desculpe mas eu sou legalista. O senhor fez uma proposta que aqui, para nós, não cai bem! Da mesma forma a do balcão, é pior. Essa é absurda para nós, como vereadores. Desculpe.

O SR. ALEXANDRE MARTINS PINHO - Estamos desde julho discutindo isso. Até o final do ano não tem mais discussão, não tem mais comércio. Só lhe peço, então, vamos sentar todos novamente e tentar chegar a um denominador comum.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - Vamos aproveitar. Estamos aqui, reunidos. Por favor. Desculpe. Está aí, um quadro. O comércio é de baixa incomodidade. Eu também sou contrário que venho um supermercado lá. Vai acabar com a Rua Alvarenga. Sei porque sofro na Francisco Morato por conta do Sacolão Vila Sônia, que estamos tentando mudar a entrada para toda a Francisco Morato. Vai acontecer isso também na Rua Alvarenga se vier um

comércio de impacto de pólo gerador de tráfego. Logicamente temos de pensar nisso também. Mas o que lá existe não sei se interfere ou não interfere. Dentro desse quadro que aí existe isso é impossível? É a proposta que tem aqui. Isso é uma coisa absurda?

- Apartes fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - É isso que eu quero que vocês entendam. Segunda parte: comércio de alimentação sem consumo legal. Daí eu me comprometo também, como fiscalizador - e está aqui a Subprefeitura com representante - está ali: comércio de alimentação sem consumo local. Sem consumo local não pode ter consumo local. Deixei de locar o meu imóvel que eu tenho na Eliseu de Almeida porque não pode também, para uma padaria. E eu entendi. Está certo. Sou legalista. Não pode, não pode. Tem jeitinho? Não tem jeitinho! A lei é essa. Pode isso, isso e isso. Não tem jeitinho. Temos de fazer algo que não tem jeitinho. Cumpra-se a lei, cumpram-se as regras. E eu serei o primeiro fiscalizador. Se houver alguma coisa fora do que chegarmos ao entendimento vou lá e tentaremos, da forma possível e legal, interferir na mudança do comércio, no não fechamento. É isso que estamos propondo.

O SR. JACKSON - Gostaria de perguntar. Como comerciante, na verdade, não temos nada. Então, qualquer coisa que se apresente naquela tabela para a gente é algo. Acho que seria proposto, vocês falassem para a gente o que não é interessante para o bolsão dentro da tabela proposta pelo nobre Vereador. Penso que seria viável aproveitarmos esse momento para discutirmos esses detalhes. Não sei se há essa possibilidade. Para o comércio qualquer coisa que se sinalizar é alguma coisa. Não temos nada. Nossas lojas estão fechadas. E não vamos fazer apelo sentimental que temos família e uma série de coisas. Isso todo o mundo sabe. Precisamos que vocês analisassem a tabela e mostrassem para a gente: “isso é interessante, Aurélio, mas isso não é interessante. Vamos discutir esse ponto melhor, vamos liberar isso aqui mas vamos colocar algumas restrições, densidade de carro, alguma coisa do tipo”. Precisamos achar uma solução. Precisamos disso, gente. Precisamos ter tranquilidade para vocês não serem incomodados em uma terça-feira, como foi falado, em vir até aqui. Com

relação à maioria ou minoria, desculpe, nosso país é governado não pela maioria e sim por uma limitação. Nesta Casa também o regimento não é pela maioria, é por uma limitação de votos. Mesmo 50 contra um não faz diferença.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - O Aldenir, representante da Subprefeitura, quer fazer uso da palavra.

O SR. ALDENIR - Quero fazer um esclarecimento com relação à fiscalização. Um dos artigos da lei diz exatamente isso: são multas mensais. A multa é mensal até que a empresa se manifeste e informe que encerrou as atividades. Ela é quase que automática então, se bater o cartão do agente vistor lá ele está cumprindo efetivamente a obrigação dele. Quero lembrar, mais uma vez, nesse tempo que convivemos, estava vendo que a primeira audiência aqui foi no dia 31 de maio. Acabamos, apesar até deste antagonismo entre as partes e das interferências da Subprefeitura, sempre procuramos, a Subprefeitura sempre procurou manter a maior isenção, tanto da parte do subprefeito quanto da parte dos técnicos. Vocês que acompanharam as reuniões da mediação também puderam perceber que houve um envolvimento dos próprios servidores, dos próprios funcionários, até os estagiários da supervisão de planejamento, vocês perceberam que eles gostaram muito de apresentar aquela proposta. Todo o mundo procurando remar na mesma situação. Então, queria reiterar esta disposição da Subprefeitura não só oficialmente em nome do subprefeito de a subprefeitura estar sempre lá à disposição para qualquer tentativa, para o fornecimento de qualquer material técnico, de qualquer esclarecimento, tudo isso, mas os próprios servidores que acabaram se envolvendo, que acabaram até criando até amizade com o pessoal de todas as partes. E continuarmos tentando. Esta é, na prática, a terceira oportunidade que estamos tendo, que vocês estão tendo de fazer esta alteração na Rua Alvarenga. Já houve a oportunidade da revisão do Plano Diretor que, até por uma orientação de Sempla, acabou chegando no caminho que ninguém quisesse. Foi uma orientação para a cidade toda. Houve a oportunidade da mediação de conflito, oficialmente, seguindo um decreto, com toda a formalidade, com a

necessidade da presença do Subprefeito. Agora temos a oportunidade de um projeto de lei. É uma terceira oportunidade.

Então, não vamos deixar passar. Independente disso, a subprefeitura, os funcionários da subprefeitura, a Solange, toda sua equipe, o pessoal da CPDU está à disposição no que for possível, na hora que for necessário, vamos dar todas as informações e tentar orientar. Vamos tentar chegar num acordo em que todo mundo ganha, como diz o Vereador. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Só se identifique, por favor, para ficar registrado.

O SR. RICARDO BARCELOS CORREIA -Sou morador do bolsão, sou da Câmara Nacional de Mediação e Arbitragem. Acho que a reunião foi muito boa e o objetivo de uma câmara de mediação é sempre o seguinte: não tem vencedores e nem vencidos.

Acho que poderíamos propor uma reunião ou na subprefeitura ou na câmara para acertarmos tudo isso. Quanto mais tempo demorar, mais multa vai ter. Então, vamos marcar uma data para fazer essa reunião, aproveitando a boa vontade da subprefeitura e do Vereador Aurélio Miguel.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – A Câmara Municipal está aberta, qualquer horário, o horário que vocês desejarem. Nós vamos registrar tudo, ata são as notas taquigráficas, é melhor, porque fica tudo registrado. Aqui está tudo registrado nas notas taquigráficas. É tudo gravado. Da minha parte não tem problema algum.

(NÃO IDENTIFICADO) – Não tem nenhum problema de fazer essa gravação. A transparência da subprefeitura a D. Márcia Vairoletti sabe. Nós somos transparentes em confessar as nossas dificuldades. Não tem nenhum problema de gravar. Fazer a transcrição da ata é uma coisa mais complicada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Por isso que falo para fazer aqui, porque o material fica impresso. Vocês decidem, a maioria. Do jeito que vocês fizerem para mim está

bom. Chegando a um entendimento, é isso que interessa. Isso é mais importante, onde vai ser tanto faz.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – O prazo? A minha preocupação sempre foi no sentido de que havia a possibilidade de mudança no plano diretor. Vocês não chegaram a um entendimento. Às vezes, vem de cima para baixo cada absurdo, eu sou testemunha disso, há pessoas que fazem nas suas mesas e esquecem de ir a campo ver o que está acontecendo.

Então, a idéia é chegar a um entendimento e fazer algo que as pessoas envolvidas gostariam que acontecesse. Essa era a idéia, porque senão acaba fugindo do nosso controle. A minha proposta é essa.

O SR. CLAUS PETERS – Eu não sei se é hora e local de fazer esse pleito, mas vi no slide anterior a esse onde existe uma proposta de atividades comerciais e onde o comércio se restringe a móveis, tecidos e não tem nenhuma categoria que contemplaria a regularização da atividade da Regatta. Não sei se seria a hora de fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Eu falei anteriormente que se vocês chegarem a um entendimento, a própria Solange lembrou isso, pode ser de acordo com entendimento de vocês, o ideal. É por isso que peço que cheguem a um entendimento, que todo mundo saia ganhando, como disse o representante da Câmara de Mediação. Alguém tem algo contra a Regatta? Atrapalha?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Mas pode chegar a um entendimento.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Está sendo feito um levantamento. Fizemos fotos e o que existe lá? Estamos levantando o IPTU, tem de ir na quadra fiscal, ver o que tem ou não na Prefeitura. Lá tem Casa dos Bandeirantes, galpão de madeira fechado,

garagem de guincho, borracheiro, terrenos vazios, arquiteto Caldevo Martins, Greenpeace, estacionamento, Copeseg, Cor Vida, Bonsai Okuda, Fipecaf, sem identificação, Regatta, posto Esso, SUS, sem identificação, estacionamento, centro escola fechado, Itaú Seguros, Escritório Albatroz, Esquadrias Girassol, musculação na Alvarenga 1584, stand de tiro, escola Ponto de Partida, mega trio, esquadria Girassol, sem identificação, restaurante, madeireira Sultan, Super Med, Isa Implantes, Droga Raia, buffet.

Estamos fazendo um levantamento e vamos também observar o quanto a Prefeitura perde com isso, quantas pessoas estão inadimplentes no seu IPTU? Assim que ele concluir o trabalho, vamos disponibilizar também os IPTU em atraso. É importante isso. O nosso objetivo é esse, o maior número de informações possíveis. Por favor, identifique-se.

O SR. MÁRIO IROSHI – Sou da Tocco Móveis. Como falei é óbvio, o que está lá, está. Se não teria uma maneira de transformar totalmente em zona comercial, pelo menos, anistiar os que estão lá e que permaneçam. Os que não estão, que não entrem mais. Uma forma assim, por parte da fiscalização. É possível? Os que estão lá, acho que não estão incomodando os moradores. Estão?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Se houver entendimento na mediação, há possibilidade. Se não, baixa-se uma lei e já legaliza, o que está lá, está lá. Não tem o que fazer. Essa é a idéia.

O SR. MÁRIO IROSHI – É uma observação, é o bom senso.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Espero que vocês cheguem a um entendimento. Vou me esforçar ao máximo para que isso ocorra. Vamos ter a segunda audiência pública.

A SRA. ELAINE RIBEIRO – Tenho restaurante na rua Alvarenga 1495, o qual precisa de reformas, mas até agora não conseguimos porque sem o alvará eu não posso investir mais de 40 mil reais num local onde não tenho certeza de que vou ficar.

Não sei se vocês conhecem o bairro da Vila Olímpia, onde era a antiga Tom Brasil. Tem a rua Quatá, que é residencial; a rua Olimpíadas, que é residencial; Fidêncio Ramos, extremamente comercial; tem a rua do Rócio, extremamente comercial; e as ruas residenciais como a rua Helena, são acessos para essas avenidas e as pessoas usam para estacionamento. Foi feita pela prefeitura uma urbanização, foram feitos melhoramentos e nenhum comércio teve de sair de lá.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ELAINE RIBEIRO - O que estou querendo dizer é que...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ELAINE RIBEIRO – Mas há casos, porque ando a pé lá. O que quero dizer é que vocês estão pensando só no benefício de vocês. O que é legal é ilegal. Qual é o problema de uma madeireira estar lá? A sua porta quebra e você simplesmente manda entregar, ela simplesmente atravessa a rua e compra uma maçaneta. Qual é o problema dos moradores fazerem fisioterapia? Ou vocês levarem seus filhos para fazer natação? Qual é o problema do delegado do Denarc almoçar no restaurante, porque ele só tem 15 minutos, porque ele tem problemas para resolver. Ou o professor que tem 15 minutos de lanche para voltar e dar aula de inglês para seus alunos? Os estabelecimentos não fazem barulho noturno, após às 18h, é feita uma iluminação. Por que fazer zona azul? Porque Ibirapuera, as ruas de acesso são proibidas de estacionar. Tem zona azul e agora está sendo feito estacionamentos para comportar acesso ao Parque do Ibirapuera.

Acho que podemos deixar os comércios lá e mantendo que o comércio vai ter de reformar a sua frente, vai ter de arrumar a calçada e não vai poder estacionar nas ruas de acesso, que é onde ficam as residências. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Por favor.

O SR. CHANG – Só vou complementar o que ela falou. Tenho observado que a maioria dos carros estacionados nas ruas de bolsões, são comerciantes da Vital Brasil ou são

peessoas que trabalham no Denarc ou pessoal da academia. Se fechar o comércio na Alvarenga, vai continuar a ter carro estacionado no bolsão.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) – Nós podemos tentar em relação ao estacionamento, acho que vocês já conseguiram várias melhorias em relação ao fluxo de veículos. Tentar ver algo como não permitir o estacionamento, então a gente pode tentar ajudar. Se for essa a preocupação, podemos tentar ajudar. Espero que cheguem num entendimento.

O SR. CARLOS VANQUE – Eu gostaria que nós, moradores e a parte proprietária na rua Alvarenga, pudéssemos chegar a um acordo, mas às vezes é difícil porque os interesses são muito diferentes. Hoje, a zona residencial, o quarteirão próximo à rua Alvarenga já sofre uma degradação da Vital Brasil até a Marginal, realmente com estacionamento, porque infelizmente algumas atividades não têm estacionamento para os funcionários ou clientes e também tem o problema de circulação. Foi falado há pouco do Denarc, que é outro câncer que temos perto da Vital Brasil. Os moradores eram muito satisfeitos com o Denarc, porque descem a rua a 200 por hora, já teve briga, bate-boca, já teve polícia militar para resolver problema de conflito entre o pessoal do Denarc e morador.

A proposta dos moradores para negociar, eles têm de recuar tudo, tem de liberar tudo, só morador recua? O outro, por mais ou menos que o morador recue, sempre vão estar ganhando mais. Esse seria um dos pontos.

Outro ponto não gostaria de transformar num problema pessoal entre a gente e vocês. Tem algumas lojas que sabemos que se comportam direito. A Regatta, não tenho muita queixa, só daquele amuleto que instalou na Teixeira, para alimentar os seus funcionários, que tem muita queixa. A Regatta em si não atrapalha, mas se fizer outro, talvez tenha dono da empresa diferente e pode começar a atrapalhar. E aí a coisa pega, porque já tivemos *showroom*. Se for daquela empresa que está no interior que monta o *showroom* e só vende no atacado, não vai nos afetar, mas o que vimos não era isso. Era igual aquele da Cidade Jardim,

onde o indivíduo faz uma loja, vende, entrega e usa a nota fiscal com outro endereço. Isso não é *showroom*. Todo *showroom* que tivemos na Alvarenga era assim, no tempo em que *showroom* era permitido. Por isso que tivemos de lutar para tirar *showroom*. Nós não somos contra o *showroom* verdadeiro, mas contra esse falso que os caras instalam.

Você me desculpe Claus. A sua loja... Você está comportando direito. Mas pode um outro instalar lá e falar: Dane-se os moradores. A lei não pode ser personalizada em função do empresário. O caso daquela senhora que quer reformar o restaurante. Restaurante é complicado ali. Restaurante funciona o pico. Hoje atende o DENAC. Mas se chegar gente que não vem pé, só não tem uma vaguinha de estacionamento lá.

- Apartes fora do microfone.

(NÃO IDENTIFICADO) - Não vamos entrar nesse problema pessoal. Temos de ficar na parte lógica. Estamos dispostos a nos reunir com vocês. Pode ser na Prefeitura do Município de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Miguel) - O senhor disse. As posições são muito longe e muito distintas. Nesse sentido que foi tentado o acordo da mediação. Quando você vai no Tribunal, quando está muito diferente as propostas, e aí não pe consensual é litigioso. Então é ruim isso. É isso que peço para todos vocês. Vamos tentar um acordo. Porque senão pode se expressar em forma de lei, o próprio Executivo pode vir com uma proposta que não é de interesse de nenhum dos dois lados. É ruim para todos. Então acho ser importante que vocês tentem chegar a um entendimento.

- Assume a presidência o Sr. Russomanno.

O SR. PRESIDENTE (Russomanno) - Há mais alguém que gostaria de se manifestar? (Pausa) Não havendo mais nenhuma consideração a respeito do presente projeto de lei, agradeço a presença de todos. Declaro encerrada a presente audiência pública.